



AS PROPOSTAS DO BOM SENSO FUTEBOL CLUBE PARA O FUTEBOL BRASILEIRO¹

Ana Gabriela Alves Medeiros
Doiara Silva dos Santos

RESUMO

Este estudo objetivou analisar, a partir de uma pesquisa documental, as propostas de um grupo de atletas brasileiros, denominado Bom Senso Futebol Clube. O documento analisado foi o livreto "As propostas do Bom Senso Futebol Clube: calendário e fair play financeiro", disponível no site oficial do movimento. O grupo tem como propostas: um novo calendário, prevendo uma quantidade regular de jogos para todos os clubes; e o fair play financeiro, com a criação de uma entidade reguladora responsável por fiscalizar as atividades financeiras dos clubes. Tais propostas mostram-se legítimas e realizáveis, partindo do envolvimento dos principais atores do futebol brasileiro com o intuito de melhorá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: futebol; gestão; Bom Senso Futebol Clube.

INTRODUÇÃO

O termo gestão pode ser definido como um conjunto de ações e tarefas desenvolvidas e planejadas para atingir metas e objetivos determinados. Em outras palavras, a gestão é responsável pela otimização do funcionamento das organizações através do planejamento, administração, controle e tomada de decisões, baseando-se em informações e recursos disponíveis. Deste modo, toda organização necessita de uma gestão eficaz e competente.

De acordo com Robbins (1997, apud ROCHA; BASTOS, 2011, p. 94), uma organização se caracteriza como uma "entidade social conscientemente coordenada, com limites relativamente identificáveis, que funciona de modo relativamente contínuo para alcançar um objetivo ou conjunto de objetivos comuns." A partir deste conceito pode-se apreender que uma organização esportiva é uma instituição social, com objetivos claros e limites definidos, direcionada para a prática esportiva, bem como seus produtos e serviços. Vale salientar que a palavra "esportiva" deve ser entendida em seu sentido amplo e genérico, podendo ser atribuída ao próprio esporte e a qualquer expressão de atividade física, recreação e lazer.

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



Nesse sentido, a gestão esportiva compreende o processo de trabalhar com pessoas e recursos materiais para realizar objetivos de organizações esportivas. As organizações esportivas têm como atividade principal a produção e o marketing de serviços relacionados a práticas esportivas para participantes e/ou espectadores (ROCHA; BASTOS, 2011).

Dada a especificidade desta pesquisa, irei focalizar em um dos esportes mais praticado e assistido no Brasil: o futebol. A concepção do futebol como um fato social total o situa como uma instituição capaz de agregar muitas esferas sociais (DAMATTA, 1982). Em outras palavras, o futebol é dotado de uma multidimensionalidade que se refere ao fato de que é possível vivenciá-lo e interpretá-lo por meio de muitos planos, realidades e pontos de vista. Compreender o futebol brasileiro, a partir dessas diferentes perspectivas, requer examiná-lo como uma prática social e econômica capaz de objetivar-se na ação racionalizadora dos processos de gestão.

O futebol é uma prática esportiva oriunda dos ingleses que foi se difundindo e se desenvolvendo no decorrer dos anos, e passou das peladas improvisadas nas ruas até se tornar o esporte mais popular do mundo. No final do século XIX surgiram os primeiros times brasileiros, criados inicialmente como forma de recreação e sociabilidade dos operários de fábricas instaladas nos subúrbios das grandes cidades. A partir da popularização destes grupos que se reuniam para jogar futebol, este esporte se desenvolveu rapidamente pelo país, assumindo características profissionais que incorpora aspectos de uma importante manifestação cultural e de um grande negócio (SANTOS, 2002).

Atualmente, além dos jogadores, há uma diversidade de profissionais envolvidos neste esporte como técnicos, preparadores físicos, fisioterapeutas, árbitros e assistentes, advogados, médicos, psicólogos, nutricionistas, administradores, gestores e agenciadores ou empresários. Nesse sentido, o futebol é uma atividade altamente mercadológica, que abrange desde recursos humanos e financeiros à recursos materiais. Com isso, a gestão no futebol vai além das questões financeiras e administrativas de um clube, mas perpassa também pelas federações, confederações e atividades ligadas aos clubes. Deste modo, a gestão no futebol deve compreender o clube como uma organização complexa e que exige profissionais capacitados para cada área de atuação (KFOURI ET AL, 2000).

Indiscutivelmente o futebol é parte integrante da sociedade brasileira, cuja importância se reflete no modo de vida da população. Sua presença é tão intensa que muito se pode entender do país e do povo pela observação dos comportamentos durante um jogo. De tal



modo, o futebol brasileiro tem sido tema de diversos estudos nas mais diversas áreas, das sociais às biológicas, abrangendo análises historiográficas, sociológicas, culturais e técnico-profissionais relacionados ao seu contexto (AMARAL e BASTOS, 2011; AZEVÊDO, 2009; LEONCINI e SILVA 2005; SPESSOTO, 2008).

No entanto, pesquisas que abordem a gestão no futebol são incipientes, haja vista que as produções no campo da gestão esportiva emergiram nos últimos quinze anos e têm se debruçado principalmente sobre o marketing esportivo (SANTOS, 2002). Identifica-se, portanto, uma lacuna na literatura acadêmica a respeito do tema. Tem-se, assim, uma área com amplas possibilidades de estudos desde os aspectos políticos e legais até os aspectos econômicos e mercadológicos.

Recentemente, as disparidades e desigualdades existentes entre os clubes de futebol no Brasil despertaram a manifestação de alguns atletas, que se organizaram em um grupo denominado “Bom Senso Futebol Clube” (BSFC). Este grupo planejou e realizou protestos ocorridos “em campo” durante o Campeonato Brasileiro de Futebol de 2013. Além disso, estes atletas também se manifestaram em redes sociais e criaram uma página oficial na internet para divulgar suas propostas para o futebol brasileiro. Os protestos organizados pelo BSFC têm demonstrado, sob um prisma diferente do usual, que o atleta como ator social tem assumido o protagonismo de manifestações sociais que se mostra coeso e relacionado com um contexto mais amplo de clamor por mudança/melhorias em diversos segmentos da sociedade brasileira. Em certa medida, tal organização da classe de atletas contradiz o estereótipo advindo do senso comum de que o atleta profissional de futebol no Brasil é mero reprodutor de discursos vinculados à sua institucionalização.

Isto posto, mostra-se oportuno e inovador a realização desse estudo, sobretudo, para as áreas da Educação Física e da Gestão e Administração Esportiva. Nesse sentido, tem-se por objetivo neste estudo analisar as propostas do Bom Senso Futebol Clube para o futebol brasileiro, propostas estas que se encontram em um livreto publicado no site oficial do movimento.

A GESTÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO

O processo de gestão do futebol brasileiro está intimamente relacionado com o contexto histórico do futebol no âmbito internacional. Como um dos marcos iniciais deste



processo, tem-se a criação da Federação Internacional de Futebol (Fédération Internationale of Football Association - FIFA) no ano de 1904, com o intuito de organizar um torneio internacional de futebol, visto que a modalidade era praticada em alguns países da Europa, como França, Espanha, Suíça e Bélgica.

O futebol já era praticado no Brasil neste período, no entanto, esta prática era desorganizada e difusa. Carravetta (2006) destaca a formação de clubes, como o São Paulo Athletic Club e a Associação Atlética Mackenzie, entre os anos de 1894 e 1899. Neste contexto, o futebol era amador, elitista e racista, permitindo a participação apenas de pessoas brancas e com poder econômico. De tal modo, o futebol era objeto de distinção e destaque entre as classes sociais. Posteriormente, a partir da sua introdução nos momentos de lazer dos operários, o futebol se popularizou e disseminou sua prática no território brasileiro. Com o fortalecimento do esporte entre as classes surgiram mais clubes e, conseqüentemente, campeonatos a serem disputados.

Com o aumento dos clubes no Brasil, a tendência foi à criação de Ligas, entidades que organizassem campeonatos regionalmente. Logo, revelou-se o pioneirismo de São Paulo em 1901 fundando a Liga Paulista de Futebol (LPF), seguido do Rio de Janeiro em 1905 com a Liga Metropolitana de Football (LMF). Assim, constituíam-se as primeiras instituições estaduais voltadas para a gestão do futebol (SARMENTO, 2006).

Em meados da década de 1915, o futebol brasileiro começou a participar de torneios internacionais, o que fez com que as ligas de São Paulo e do Rio de Janeiro criassem suas federações nacionais para disputar o direito de representar o Brasil em competições internacionais. Para solucionar esta disputa de poder, em 1916 foi criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a qual foi reconhecida pela FIFA como entidade oficial para administrar o futebol no Brasil no ano de 1917.

Neste período a gestão do futebol sul-americano também obteve representatividade, a partir da criação da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), que inicialmente continha os países Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Atualmente a CONMEBOL, situada em Luque no Paraguai, possui dez países afiliados e é a entidade que organiza todos os campeonatos futebolísticos que envolvam países da América do Sul.

Com a democratização do futebol, há uma transição do futebol elitista para o futebol popular. Nas elites, os jogadores representavam o amadorismo, competiam apenas por prestígio e não obtinham recompensas financeiras ou benefícios. Em contrapartida, o



"operário-jogador" vislumbrava no futebol um possível emprego, subsidiado pelos incentivos financeiros que eram oferecidos. Ademais, o futebol havia ganhado dimensões tão grandes fora do campo, que tornaria inviável a manutenção do amadorismo. Os interesses econômicos, políticos e sociais aos poucos transformaram o futebol, um esporte até então amador, em um esporte profissional.

Caldas (1994, p. 57) revela que os jogadores queriam receber para jogar e ameaçavam não entrar em campo entre os anos de 1920 e 1930, ação também usada no movimento "pró-profissionalismo". As tensões geradas com as perdas de jogadores para outros países, as exigências dos torcedores e dirigentes e a manifestação da imprensa tornou a profissionalização do futebol uma tendência mundial.

A profissionalização do futebol foi reconhecida no Brasil, não por acaso, em janeiro de 1933.

Embora tenha havido uma longa negociação e os dirigentes tenham tomado a decisão final de tomar legal a remuneração dos atletas, a pressão externa dos clubes estrangeiros e o momento por que passava o país foram decisivos para o rumo que a situação tomou. Na verdade, essa foi a primeira grande mudança que ocorreu no futebol brasileiro. Pela sua intensidade e por ter afetado diretamente, não só a estrutura, mas também a identidade do sistema podemos considerá-la uma grande transformação (SANTOS, 2002, p. 42).

No entanto, como salienta Proni (2002), este processo desencadeou no futebol um sistema paradoxal, com jogadores profissionais e dirigentes amadores.

Neste período de profissionalização ainda não existiam leis ou regulamentações que assegurassem os direitos e deveres dos clubes, atletas e federações. Neste contexto, a estrutura legal do futebol brasileiro foi sendo construído de acordo com as necessidades que se apresentavam e os interesses políticos. Santos (2002, p. 45) aponta que

A partir dos anos 1930, com a profissionalização dos jogadores e a sua popularização, o futebol ganhou um espaço junto ao público suficiente para atrair a atenção dos políticos. Essa é uma das explicações de por que o Governo Federal influenciou tanto em sua estruturação (SANTOS, 2002, p.45).

Assim, em 1941, o governo criou o Conselho Nacional de Desportos (CND), dentro do Ministério da Educação e Cultura, determinando que todas as entidades estaduais filiadas e responsáveis pelo futebol deveriam ser denominadas federações e estariam subordinadas à



CBD. O objetivo do CND era orientar, financiar e estimular a prática do esporte em todo o Brasil. O Conselho Nacional de Desportos expediu aproximadamente 400 atos normativos, regulamentando uma enorme diversidade de assuntos, tais como: publicidade em camisas, composição dos conselhos deliberativos nas sociedades desportivas, critérios e condições do passe, organização de calendários, dentre outros.

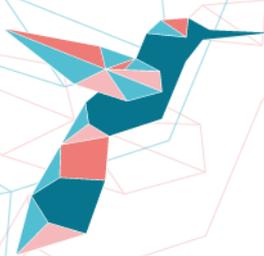
A legislação referente ao futebol acompanhou as mudanças na estrutura regulatória do esporte no Brasil. Como marcos desta legislação tem-se a Lei 8672, de 1993, chamada de Lei Zico, que instituiu normas gerais sobre o esporte brasileiro e abriu espaço para que legislação correlata discutisse a relação entre atletas e clubes; e em 1998, a Lei 9615, conhecida como Lei Pelé, que trouxe novamente à tona o debate sobre a relação entre clubes e jogadores, determinando a extinção do passe dos atletas.

Atualmente, uma sucessão de alterações na Lei Pelé foram – e continuam sendo – feitas para acomodar interesses de grupos oligárquicos presentes na gestão dos clubes de futebol do Brasil, insatisfeitos com a necessidade de ruptura com o modelo existente até então e herdado da Era Vargas.

Desde o ano de 1979, período em que CBD criou uma entidade específica para gerir o futebol no Brasil, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é responsável por organizar e administrar todas as atividades futebolísticas no cenário nacional, sendo a mesma afiliada à FIFA. A CBF realiza a Copa Verde, a Copa do Nordeste, a Copa do Brasil (Masculino, Feminino, Sub-20 e Sub-17), o Campeonato Brasileiro das séries A, B, C e D, e administra as Seleções Brasileira de Futebol (Masculino e Feminino). As federações estaduais, responsáveis pela organização dos campeonatos estaduais, estão subordinadas à CBF, bem como todos os clubes brasileiros com equipes profissionais de futebol são membros da CBF.

As transformações ocorridas no futebol implicaram numa verdadeira revolução na sua organização institucional. Novos segmentos foram introduzidos, novas atividades profissionais e diversas formas de financiamento permeiam o futebol brasileiro nos dias atuais. Profissionais, dirigentes, torcedores, instituições administrativas, empresas, patrocinadores, investidores e mídia são os atores que compõem o campo do futebol, que se transformou em um grande negócio.

Dados da Confederação Brasileira de Futebol dão conta de que atualmente existem mais de 800 clubes atuando em todo país. Os times amadores que



participam de jogos organizados ultrapassam a marca dos 13.000. São cerca de 11.000 jogadores federados e mais de 2.000 atletas brasileiros do futebol atuando fora do País. 308 estádios oferecem mais de 5 milhões de lugares (Da COSTA; MARINHO, 2000, p. 15).

Diante do exposto, o futebol brasileiro contemporâneo é uma organização complexa que precisa se reestruturar a fim de gerir o esporte adequadamente, transformando estruturas, reexaminando bases de financiamento, revendo calendários e propondo mudanças na legislação pertinente. Não cabe mais uma gestão amadora para um esporte profissional intimamente relacionado com a sociedade e suas nuances.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, numa perspectiva descritiva e interpretativa dos dados coletados. Desse modo, realizou-se uma pesquisa documental, a qual segundo Gil (2002) consiste no tratamento analítico de documentos conservados em arquivos públicos e instituições privadas. Nessa perspectiva, um documento é “[...] qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros” (ABNT, NBR 6023, 2000).

O documento analisado foi o livreto "As propostas do Bom Senso Futebol Clube: calendário e *fair play* financeiro", disponível no site oficial do movimento (www.bomsensofc.org). À medida que documentos sancionados como oficiais por órgãos, instituições e outros tipos de agremiações tornam-se de fácil acesso na internet, certos temas e debates alcançam grande potencial de discussão na sociedade, carecendo de opiniões e análises fundamentadas. Estas análises podem ser alcançadas, sobretudo, a partir de projetos acadêmicos que abordem e interroguem estas fontes discursivas emergentes na internet. A organização do BSFC é uma demonstração deste processo de importância exponencial que a internet vem alcançando, sobretudo, como um espaço de contestação dos discursos presentes em veículos midiáticos mais tradicionais como, por exemplo, a televisão. De acordo com Lakatos e Marconi (1999), a partir da análise retórica pode-se realizar a interpretação textual e social do evento discursivo. Assim, foi possível realizar uma categorização das informações



contidas no documento analisado de acordo com os fins da investigação que, neste caso, pretende identificar as principais características das propostas do BSFC.

AS PROPOSTAS DO BOM SENSO FUTEBOL CLUBE

O livreto "As propostas do Bom Senso Futebol Clube: calendário e *fair play* financeiro" encontra-se dividido em quatro momentos: (1) introdução; (2) calendário, (3) *fair play* financeiro e (4) créditos. No capítulo introdutório, o futebol é apresentado como um patrimônio cultural, que pode ser utilizado como uma importante ferramenta de manifestação democrática e mobilizadora. Como objetivo é apresentado que:

Este documento procura fazer uma síntese de meses de trabalho focado em dois temas principais, que foram amplamente discutidos e estudados por atletas e especialistas para serem apresentados ao Governo, à CBF, às Federações, aos clubes, a outros atletas, à imprensa, aos patrocinadores e aos torcedores. São eles: um novo calendário para o futebol brasileiro e o *Fair Play* financeiro, que representam o primeiro passo para que o novo futebol volte a respirar e sair do estado de coma em que se encontra hoje (BSFC, 2014, p. 6).

Diante deste documento, destaca-se, de antemão, a imagem do atleta como um ator social consciente e engajado para melhorar o futebol brasileiro. Nesta perspectiva, a manifestação destes jogadores se mostra coesa e relacionada com um contexto mais amplo de clamor por mudança/melhorias em diversos segmentos da sociedade brasileira (como se constata ao analisarmos a sequência de protestos que aconteceram em diversas cidades do país em 2013). Ademais, tal organização da classe de atletas contraria o estereótipo de que o jogador de futebol no Brasil é mero reproduzidor de discursos, sem educação formal e, portanto, acrítico do mundo social que os circundam.

O capítulo subsequente aborda o calendário de competições para as equipes brasileiras. Em um primeiro momento apresenta-se um diagnóstico de como se encontra o calendário atual, em que 583 clubes brasileiros (de um total de 684) não têm calendário anual, ou seja, não têm atividades programadas para o ano inteiro. Sendo assim, estes clubes, que representam cerca de 85% do montante, disputam apenas campeonatos estaduais, chegando a jogar apenas 15 partidas durante todo o ano. Isto acarreta a não manutenção do rendimento dos atletas, pois estes permanecem em atividade e treinamento apenas por 3 ou 4 meses. Além



disso, pode-se perceber uma reversão na profissionalização do futebol, uma vez que nos demais meses do ano o atleta precisa procurar outras atividades para se manter.

Em contrapartida a este cenário, os grandes clubes das principais divisões do Campeonato Brasileiro (Série A e B) tem excesso de jogos e não realizam uma pré-temporada adequada. O livreto traz um gráfico em que compara a média de jogos no Brasil e em países europeus (Inglaterra, Itália, Espanha e Alemanha). Os times brasileiros jogam cerca de 20 partidas a mais que os clubes europeus. A grande quantidade de jogos e a diversidade de competições faz com que os clubes priorizem certos campeonatos (sul-americanos e nacionais) em detrimento de outros (regionais). Também como consequência do demasiado número de partidas, muitos jogadores apresentam lesões e contusões, desfalcando os clubes e influenciando o nível técnico dos jogos. De tal modo, os clubes são induzidos a terem um número grande de atletas em seu elenco, o que eleva a folha salarial e aumenta o risco de inadimplência.

Não são raros os casos de reclamações de atletas por falta de pagamento. As manifestações, que ocorrem nos campos e também fora deles, causam uma indisposição entre o grupo de atletas e a diretoria do clube. Isto também se reflete no desempenho dos times nos jogos, o que por sua vez afeta os torcedores.

Diante do exposto, o BSFC apresenta algumas propostas para o calendário do futebol brasileiro: (1) manter os modelos para as séries A e B, com 20 equipes, jogando 38 partidas, ao final os 4 primeiros da série A se classificam para a Libertadores, os 4 últimos vão para a série B, os 4 primeiros da série B vão para a série A e os 4 últimos caem para a série C; (2) criar um novo modelo para a série C: formam-se 4 grupos com 12 equipes em cada, as quais disputariam um mínimo de 34 e o máximo de 38 partidas, em que as 4 melhores sobem para série B e as 4 piores caem para a série D; (3) criar um novo modelo para a série D: 12 grupos com 12 equipes, disputando um mínimo de 32 e um máximo de 38 jogos, sobem para a série C as 12 melhores equipes e 36 caem para a série E; (4) criar uma série E, com acesso regionalizado: 432 times divididos em 36 grupos com 12 equipes cada, os times disputariam um mínimo de 22 jogos e um máximo de 34, as 36 melhores equipes subiriam para a série D.

De acordo com Da Costa e Marinho (2000, p. 18), atualmente a organização dos calendários de competições contribuem para desvalorizar o espetáculo e esvaziar os estádios. Além disso, "a forte influência da política, da TV, dos patrocinadores e dos investidores também trazem prejuízos ao cumprimento do calendário. Todos querem agendar os jogos de



maneira a satisfazer seus próprios interesses." Portanto, é fundamental uma reorganização do calendário futebolístico brasileiro, a fim de dirimir tais influências que beneficiam os grandes clubes e desequilibram o esporte.

A partir da implementação destas propostas os clubes de elite do futebol brasileiro poderão reduzir o número de partidas oficiais, com isso a incidência de lesões diminuiria e, assim, os clubes poderiam ter elencos menores, mais qualificados e com menores custos. Além disso, o BSFC propõe que as partidas dos Campeonatos Brasileiros ocorram nos finais de semana, aumentando assim a receita dos clubes com os jogos. Para os pequenos clubes as vantagens seriam um maior número de partidas oficiais, gerando uma renda contínua ao longo do ano e a perspectiva de crescimento e profissionalização dos atletas destes clubes.

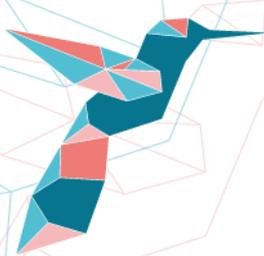
O terceiro capítulo do livreto é destinado ao *fair play* financeiro. O BSFC traz um diagnóstico de que os principais 24 clubes brasileiros apresentaram em 2012 um endividamento de cerca de R\$ 4,7 bilhões, sendo aproximadamente R\$ 2,5 bilhões a dívida com a União. Estes números vêm crescendo vertiginosamente, já que não há um controle efetivo sobre os clubes. Desta forma, o BSFC propõe a criação de "uma entidade reguladora responsável por monitorar as atividades financeiras dos clubes e capaz de aplicar sanções, como multas e desqualificações, em caso de descumprimento das normas" (BSFC, 2014, p. 19).

Este é um modelo existente na Europa, sendo aplicado em cinco ligas da UEFA (*Union of European Football Associations* - órgão gestor do futebol europeu). Observou-se a redução de 47% das dívidas aos funcionários, à segurança social e de verbas em atraso relativas a transferências. Logo, o *fair play* financeiro "é um sistema de controle das finanças dos clubes para incentivá-los a não gastar mais do que podem" (BSFC, 2014, p. 20).

Para tanto, são descritos neste capítulo as propostas normativas do *fair play* financeiro, as atribuições da entidade reguladora, bem como as dos clubes, o cronograma, com previsão de implementação no ano de 2016, e a estrutura organizacional e custos do projeto.

Como apontado no estudo de Da Costa e Marinho (2000, p. 18):

O primeiro aspecto que chama a atenção na área de esportes é o desconhecimento, entre a maior parte dos atores, de noções e princípios básicos de planejamento e gestão, o que vem a ser causa de uma série de desequilíbrios. Isso diz respeito tanto à organização e funcionamento do



setor, quanto à racionalidade interna de clubes e federações, produzindo efeitos perversos sobre os jogos e campeonatos.

Nesse sentido, pode-se notar uma mudança e um avanço neste cenário, visto que o BSFC é uma movimento realizado por atletas do futebol brasileiro que buscam por melhorias organizacionais e administrativas.

Em sua dissertação, Reis (2012) ao analisar o campeonato brasileiro de futebol no campo da gestão esportiva, apresenta algumas sugestões para a melhoria do futebol brasileiro, dentre elas destacam-se: (1) Calendário e reengenharia dos campeonatos estaduais; e (2) Enxugamento das dívidas dos clubes e medida de controle financeiro. Pode-se perceber que o calendário e as finanças dos clubes são pontos cruciais para a sustentabilidade do futebol brasileiro. Assim, as propostas do BSFC são legítimas e realizáveis, partindo do envolvimento dos principais atores do futebol brasileiro com o intuito de melhorá-lo para todos: quem joga, quem apita, quem torce, quem transmite, quem patrocina e quem administra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das propostas do BSFC, expressas em seu livreto, pode-se perceber a preocupação dos jogadores e pesquisadores com o futuro do futebol brasileiro. Atualmente, tanto os grandes quanto os pequenos clubes têm sofrido as consequências de décadas de uma gestão esportiva desorganizada e sem profissionalismo.

Nesse sentido, as propostas do BSFC pautam-se em dois elementos fundamentais para a gestão do futebol brasileiro: o calendário e o *fair play* financeiro. Concomitante com estas propostas, o BSFC também aborda as férias dos atletas, período adequado de pré-temporada e a participação nos conselhos técnicos das entidades que regem o futebol.

Após a estruturação das propostas, nota-se que o grupo de atletas do BSFC apresentou-se em defesa de suas ideias buscando amparo jurídico e diálogo político para alcançar suas metas. Em maio de 2014, os atletas obtiveram parecer jurídico favorável à realização de uma greve que paralisaria os jogos do Campeonato Brasileiro, que acabou por não se concretizar.² Em 21 de julho de 2014, representantes do BSFC foram recebidos pela

² <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelfc/2014/05/1447977-bom-senso-tem-parecer-juridico-para-paralisar-o-campeonato-brasileiro.shtml>



presidente Dilma Rouseff e, na ocasião, sugeriram alterações no projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) do Esporte para defender os direitos dos atletas.

No entanto, para mudar o cenário do futebol brasileiro são necessárias ainda melhorias em estádios, na formação dos dirigentes, combate à violência e, principalmente, transparência nas ações executadas em todos os níveis. Contudo, as ações e manifestações realizadas pelo BSFC demonstram que o papel social dos atletas de alto rendimento tem se ampliado deixando de se limitar, como outrora, a protagonistas do espetáculo-esportivo (em suas funções de ídolos e/ou vilões na competição em si) e passando a desempenhar funções críticas, políticas e representativas de uma classe trabalhadora.

The Bom Senso Futebol Clube Proposals for Brazilian Soccer

ABSTRACT

This study aimed to conduct a documentary research of proposals from a group of Brazilian athletes, namely Bom Senso Futebol Clube. The document under analysis was the booklet "The proposals of the Bom Senso Futebol Clube: calendar and financial fair play", which is available on the official website of the movement. The group's proposals include: a new calendar, providing a regular amount of matches for all clubs; and financial fair play, based on the creation of a regulatory authority responsible for supervising the financial activities of soccer clubs. These proposals are legitimate and achievable, depending on the involvement of the main actors of Brazilian soccer responsible for improving it.

KEYWORDS: *soccer; management; Bom Senso Futebol Clube.*

Las Propuestas Del Bom Senso Futebol Clube Para El Fútbol Brasileño

RESUMEN

Este estudio objetivou analizar, a partir de una investigación documental, las propuestas de un grupo de atletas brasileños, llamados Bom Senso Futebol Clube. El documento analizado fue el libreto "Las propuestas del Bom Senso Futebol Clube: calendario y el juego limpio financiero", disponible en el web oficial del movimiento. El grupo tiene como propuestas: un nuevo calendario, previendo una cantidad regular de juegos para todos los clubes, y el juego limpio financiero, con la creación de una entidad reguladora responsable de fiscalizar las actividades financieras de los clubes. Estas propuestas se muestran legítimas y realizables, partiendo de la participación de los principales actores del fútbol brasileño con el objetivo de mejorarlo.

PALABRAS CLAVE: *fútbol; administración; Bom Senso Futebol Clube.*

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. M. dos S.; BASTOS, F. da C. Regulamentação e gestão de estádios de futebol. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia, v.14, n. 3, p.1-17, set/dez., 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: **Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

AZEVEDO, P. H. O esporte como negócio: uma visão sobre gestão do esporte nos dias atuais. **Estudos**, Goiânia, V.36, n.9/10, p.929-939, set./out., 2009.

BOM SENSO FUTEBOL CLUBE. **As propostas do Bom Senso F.C.:** calendário e fair play financeiro.

Disponível em: <http://issuu.com/bomsensof.c./docs/caderno_bom_senso_fc_v_final_v3_int>
Acesso em: 16 fev. 2014.

CALDAS, W. Aspectos Sócio-Políticos do Futebol Brasileiro. In: **Revista USP**, São Paulo: USP, n. 22, junho-agosto, 1994.

CARRAVETTA, E. S. **Modernização da gestão no futebol brasileiro:** perspectivas para a qualificação do rendimento competitivo. Porto Alegre, RS: AGE, 2006.

DA COSTA, F. L.; MARINHO, E. **Fome de bola:** desafios da gestão esportiva e o futebol no Brasil. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DAMATTA, R. **Universo do futebol:** futebol e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5ª ed, 2002.

KFOURI, A. C.; LEONCINI, M. P.; DE OLIVEIRA, J. J. **A nova gestão do futebol**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEONCINI, M.P.; SILVA, M. T. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. **Revista Gestão & Produção**, São Paulo, v.12, n.1, p. 11-23, jan-abr, 2005.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. São Paulo, Campinas: Unicamp, 2002.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

REIS, R. M. Campeonato Brasileiro de Futebol: reflexões, rupturas e continuidades nos campos da gestão esportiva. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, n. 2, 2012.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. esp., p. 91-103, 2011.

SANTOS, L. M. V. **A evolução da gestão no futebol brasileiro**. Dissertação de mestrado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, FGV/EAESP, São Paulo, 2002.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SPESSOTO, R. E. N. **Futebol profissional e administração profissional: da prática amadorística a gestão competitiva**. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.